

A AGENDA PÓS-MODERNA NA EDUCAÇÃO E O TRABALHO DOCENTE

LA AGENDA POSMODERNA EN LA EDUCACIÓN Y EL TRABAJO DOCENTE

THE POST-MODERN AGENDA IN THE EDUCATION AND TEACHING WORK

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i3.52358>

Amanda Moreira da Silva¹

A revista *Germinar* convidou, neste número, a professora Amanda Moreira da Silva para, de forma conjunta com os leitores, compartilhar reflexões acerca do espraiamento e a capilarização nas últimas décadas da agenda pós-moderna no campo da educação. A professora Amanda Moreira, inquieta estudiosa, vem pesquisando de forma atenta os recentes movimentos do Capital e, por conseguinte, suas reconfigurações no mundo do trabalho, mais especificamente, sobre o trabalho docente.

Nossa entrevistada é professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) junto ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) e entre suas obras, destacamos: "*Tempo e Docência: dilemas, valores e usos na realidade educacional*" (2017), "*Formas e tendências de precarização do trabalho docente: o precariado professoral e o professorado estável-formal nas redes públicas brasileiras*" (2020) e "*Trabalho docente sob a lógica privatista empresarial: a busca pela força de trabalho a serviço de um projeto hegemônico*" (2021).

A revista *Germinar* agradece à professora Amanda Moreira da Silva pela generosidade de ter aceitado o convite e, sobretudo, pelas essenciais e rigorosas contribuições que foram apresentadas na seguinte entrevista.

Germinar: O pós-modernismo se apresenta de maneira bastante difusa nos debates contemporâneos. A partir de seus estudos, quais são as bases históricas e que mediações se fazem necessárias para melhor compreensão deste fenômeno?

Amanda Moreira da Silva: As críticas ao pós-modernismo são intelectualmente diversas, assim como também são díspares as defesas de tal vertente filosófica. A partir da minha formação marxista,

entendo que as bases históricas desta tendência da ideologia burguesa são advindas das alterações político-econômicas no contexto de crise estrutural do capitalismo que implicam em mudanças no próprio modo de vida e na experiência da classe trabalhadora. Foi a nova forma de acumulação flexível que forneceu as bases para a cultura pós-moderna, como afirmou o teórico David Harvey. Nesse sentido, há um campo pós-moderno que se constitui como uma expressão ideológica do estágio próprio da ordem burguesa imposta pelo capitalismo pós-1970. Assim, esse fenômeno acaba se manifestando na vida política por meio da cisão da classe trabalhadora que se insere na realidade de numa forma difusa e fragmentária tanto do ponto de vista laboral, quanto organizativo, o que reflete na dificuldade de lutas unificadas que possam construir um projeto contra-hegemônico. Há aqueles intelectuais que ousam afirmar que uma época terminou e que vivemos numa era "pós-moderna", alguns inclusive nos convocaram a abandonar a "metafísica do trabalho" ou até mesmo a decretar o "fim do trabalho". Outros, mais à direita, intentaram proclamar o "fim da história" ou o triunfo final do capitalismo. Todas essas nuances pós-modernas são permeadas pela concepção de que há muitos tipos diferentes de poder, opressão, identidade e "discurso", que acabam levando à ideia de que não há sistemas ou história suscetíveis de causalidade e que, por conseguinte, não podemos chegar às raízes dos muitos poderes que nos oprimem. O historiador Perry Anderson, quando tratou das origens da pós-modernidade, afirmou que o alvo da crítica pós-moderna é, em última análise, o marxismo e a esquerda socialista. Ele tem toda a razão, pois o pós-modernismo parte do pressuposto da impossibilidade de uma emancipação humana geral, dando lugar a um pessimismo político que parece ter suas origens num otimismo das supostas possibilidades capitalistas.

Germinar: Apreendendo o pós-modernismo como expressão ideológica da sociabilidade do capital, quais elementos permitem caracterizar a existência de uma agenda pós-moderna no campo da educação e de que modo se corresponde com o neoliberalismo?

Amanda Moreira da Silva: O pós-modernismo busca criar um modo de vida baseado na pluralidade, mas que tem como força motriz a fragmentação. É nisso que consiste também a base do neoliberalismo, com suas redefinições estruturais cujos elementos constitutivos compõem um novo bloco histórico mundial, com implicações na economia, na política e na cultura das sociedades contemporâneas. Como disse a cientista política e historiadora, Ellen Wood, as teorias pós-modernas são baseadas na negação da história e no pessimismo político, levando a um abandono das esperanças emancipatórias que têm como base as "grandes narrativas", especialmente o marxismo, considerado pelos pós-modernos como um modelo falido de explicação da realidade. Portanto, o pós-modernismo se estabelece num novo estágio da história do capitalismo de dominância financeirizada, sempre buscando a manutenção da ordem vigente. O desenvolvimento recente do capitalismo contemporâneo acarreta a radicalização dos efeitos da reificação sobre as relações sociais entre os seres humanos, nas suas instituições sociais e nas suas experiências cotidianas, com óbvias implicações e consequências em

suas formas de representação social; nesse sentido, a análise que empreendo parte de uma perspectiva crítica das transformações do mundo do trabalho para pensar a educação, observando as suas tendências e os desafios teóricos e metodológicos no contexto atual. Assim sendo, é fundamental discutirmos as transformações pelas quais passa a educação hoje, para pensarmos em formas renovadas de intervenção que auxiliem na construção de uma resistência coletiva. São muitos desafios que requerem, sobretudo, o restabelecimento de laços de solidariedade de classe. Penso que estamos atualmente numa situação sem precedentes, algo que não presenciamos em toda a história do capitalismo. Hoje em dia tudo parece sofrer a influência da efemeridade, da fragmentação, da indeterminação, da espetacularização, da descontinuidade, do ecletismo e da heterogeneidade. Tudo isso agravado, no Brasil, por um contexto de avanço da extrema direita que coloca o campo da esquerda, atualmente, numa situação de enfrentamento do caos que gera uma dificuldade de teorizar ou mesmo de ter perspectivas de mudanças amplas, pois com o reforço da “ordem” capitalista e endurecimento da vida, o conflito social acaba sendo despojado do seu sentido político. Como já bem disse Florestan Fernandes: “a defesa da democracia se confunde com a defesa do capitalismo e ela bloqueia a história”. Vivemos agora não apenas uma carência de ações, ou uma crise dos instrumentais que nos servem de organização para a luta, mas um esquecimento coletivo da construção de formas de superação do capitalismo. No entanto, por mais que estejamos pulverizados, vivendo toda sorte de uma vida com base na superexploração do trabalho, isso não significa que as resistências não existam. Faltam elementos unificadores, principalmente diante do atual contexto histórico-político que nos coloca novos desafios, por isso precisamos nos organizar enquanto classe trabalhadora, com diferenças, mas sem divisões, e para avançar nesse sentido é preciso questionar e enfrentar a agenda pós-moderna presente na educação e na sociedade em geral.

Germinal: Em pesquisa recente você aponta a questão da uberização como uma tendência do mundo do trabalho no Século XXI, o que também vem se materializando no âmbito do trabalho docente como uma ‘precarização de novo tipo’. Como essa tendência se relaciona com o ideário pós-moderno?

Amanda Moreira da Silva: O mundo está cada vez mais povoado por uma classe trabalhadora vivendo toda a sorte de uma exploração com precedentes só comparados à época dos primórdios da Revolução Industrial. Os relatos de Engels sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra nos trazem elementos para que possamos realizar uma ponte temporal que tente alcançar os nexos que ligam essas duas épocas. Assim como no século XIX, hoje os trabalhadores plataformizados/uberizados também possuem jornadas extenuantes e sem limites, condições degradantes de trabalho, sofrem os mais diversos tipos de acidentes, não possuem direitos e trabalham por dívida, fatores que inclusive denotam características de trabalho análogo à escravidão. Portanto, hoje é urgente refletirmos sobre como a economia digital e a plataformização/uberização do trabalho agem sobre os trabalhadores. No meu caso, tenho interesse em desvendar como essa nova dinâmica de trabalho – surgida na última década, e que tem levado à adequação de diversos âmbitos sociais

(educação, saúde, lazer, transporte, cultura, cuidados, etc.) – tem atingido o trabalhador docente. O trabalho plataformizado possui diferentes facetas: formas de contratação e de remuneração, trabalho por tarefa, hierarquias rígidas (na maioria das vezes invisíveis) devido a comunicação restrita com as máquinas e aos *softwares* de controle por algoritmo. São grandes corporações que, sob a hegemonia do capital financeiro, apresentam articuladamente pelo menos três elementos essenciais para o seu funcionamento: 1) uso intenso de novas tecnologias; 2) disponibilidade de uma imensa força de trabalho sobrando, ávida por qualquer trabalho; 3) adaptação psicofísica do trabalhador. Nesse debate o nosso foco deve se dar nas formas de expropriação e exploração do trabalho que atingem esse setor da classe trabalhadora, cada vez mais expressivo. Em relação ao trabalho docente, não é novidade que este já se vê constrangido há décadas por diversos fenômenos de reconfiguração, no entanto, hoje estamos diante de um novo patamar de expropriação, um processo que exige dos estudiosos do trabalho e da educação uma investigação sobre os procedimentos em curso, especialmente aqueles inaugurados neste terceiro milênio e intensificados com a pandemia, que desembocaram em formas de trabalho docente realizadas, mediadas e organizadas por plataformas digitais. Neste debate é importante ressaltarmos que o esforço de caracterização se dá pela atualidade dos fenômenos. Estudiosos nos mais diversos espaços, potências centrais e/ou economias periféricas, têm se debruçado sobre o fenômeno do trabalho uberizado, ou de plataforma, para tentar estabelecer suas características. Nesta mesma direção eu tenho feito o esforço de pensar em como esse contexto interfere na educação básica e superior, especialmente no setor público. Hoje o que podemos observar são formas e tendências que já estão em curso na realidade brasileira, observando alguns casos exemplares que permitem esboçar o pernicioso cenário sobre o porvir do trabalho no contexto da plataformização junto à financeirização da educação. Portanto, penso que já é tempo de deixar para trás todo o legado do pós-modernismo e encarar frente a frente a realidade do capitalismo neoliberal do pós segunda década do século XXI, constituído pela hegemonia do capital financeirizado, junto a dataficação e norteado pela ideologia do Vale do Silício. Precisamos enfrentar esse contexto do novo salto tecnológico que vem gerando três movimentos para o trabalho docente que podemos tomar como ponto de partida para a análise: 1) a submissão do “exército professoral de reserva” a trabalhos intermitentes com base na plataformização, levando uma quantidade expressiva de docentes desempregados a se cadastrarem em plataformas de aulas particulares ou serem “empreendedores de si” em plataformas digitais das Big Techs, oferecendo serviços educacionais no grande cardápio da internet; 2) o “darwinismo professoral”, ou seja, uma eliminação flagrante de postos de emprego, tensionada pelas novas tecnologias, pelo EAD e metodologias a favor da mercantilização, tais como a “sala de aula invertida” e o “ensino híbrido”; e 3) o agravamento da precarização e intensificação do trabalho daqueles que se mantêm nos postos de emprego, seja no setor público ou privado. Tudo isso nos traz o desafio de avançarmos nas pesquisas sobre a natureza dessa plataformização da educação, as suas origens, as mudanças que produzem no trabalho docente, na educação como um todo e nas relações de trabalho. É preciso observar as

estratégias que visam a redução do custo da força de trabalho, a expropriação, a superexploração, a fragmentação dos trabalhadores e a perda da autonomia pedagógica em patamares nunca antes vistos.

Germinar: Quais as consequências das mudanças do mundo do trabalho na elaboração das novas políticas educacionais? Como o ideário pós-moderno é utilizado para fundamentar tais políticas?

Amanda Moreira da Silva: Para responder a esta questão eu inicio com uma famosa frase de István Mészáros: “Diga-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação”. Para caracterizarmos a agenda pós-moderna no campo educacional é fundamental partimos da relação entre trabalho e educação, pois a expressão ideológica da sociabilidade do capital está presente na educação, tanto em seu sentido amplo, quanto em seu sentido estrito, ou seja, aquela que ocorre na educação formal nas escolas e universidades. Desde a ascensão do neoliberalismo a adequação da função estatal e o processo de mundialização da economia atingiram fortemente a educação; esta que não poderia ficar imune ao processo de subsumção real aos imperativos do processo de acumulação e reprodução capitalista global. As instituições de educação básica e superior foram visceralmente atravessadas pelos processos decorrentes das alterações na dinâmica da produção e pelas mudanças ocorridas na esfera do trabalho, surgindo uma nova maneira de gerenciamento e controle. As recentes mudanças no mundo do trabalho e a relação que foi sendo estabelecida no Estado Ampliado nesse contexto neoliberal e de acumulação flexível, afetaram a organização escolar, apontando para a flexibilização e exigindo um novo perfil dos docentes em que é demandado um novo “nexo psicofísico” do trabalho, nos termos de Gramsci. As reformas laborais e educacionais ocorridas no Brasil, especialmente as que se estabeleceram a partir do golpe de 2016, prefiguraram formas de trabalho flexíveis e precárias ao mesmo tempo em que demandam uma formação voltada para esse novo trabalhador, que deve ser envolto na falácia do empreendedorismo de si mesmo, assumindo integralmente o seu “projeto de vida”. Esta formação esvaziada de sentidos, minimalista, voltada para a construção de subjetividades neoliberais, tem sido preconizada pelos aparelhos privados de hegemonia que hoje estão determinando os rumos da educação pública brasileira. Nesse sentido, o pós-modernismo neoliberal serve como um componente político fundamental, pois canaliza o sentimento de desalento, de impotência e de apatia coletivos, frutos em geral de uma derrota estratégica das forças políticas e ideológicas empenhadas em transformações sociais radicais, incentivando assim a classe trabalhadora a buscar saídas individualizantes, fragmentadas, que as manterão no lugar de opressão e exploração que se encontram.

Germinar: A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) tem sido tema de intenso debate no cenário nacional, uma vez que traz a responsabilização docente como estratégia para justificar um currículo para ‘salvar a educação brasileira’, alinhada à lógica das competências. Como você analisa a BNC-Formação - e mais

especificamente o futuro da formação inicial de professores - em sua relação com o ideário pós-moderno?

Amanda Moreira da Silva: A classe dominante tem se organizado para garantir que o ideário neoliberal possa ser articulado a seu favor, perpetuando a dominação – a começar pela expropriação cultural e intelectual dos professores –, numa consequência que se estende aos alunos. Com o intuito de harmonizar os interesses de manutenção da ordem em um momento de crise estrutural do capital, o empresariado que atua na educação busca exercer a hegemonia da classe burguesa e manter o consenso espontâneo da grande massa. E, para isso, a conformação de trabalhadores de novo tipo torna-se estratégica quando se refere a uma enorme fração da classe trabalhadora, os professores, que estão próximos do contingente majoritário de crianças e jovens que frequentam a escola pública. Nesse contexto, há uma busca pela apreensão da subjetividade não apenas do jovem para um novo mundo do trabalho que precisa de um novo homem/trabalhador, mas, para tal, também busca um professor de novo tipo. Trata-se da universalização de novas formas de ser da classe trabalhadora “modelada” pelas forças hegemônicas na perspectiva da adaptação. Ou seja, há uma precarização objetiva e subjetiva, desde a formação inicial, que busca conformar um trabalhador adequado à lógica neoliberal. Há ainda que considerar a crise estrutural que marca a economia global desde a década de 1970, acentuada pela assim chamada crise financeira de fins da década de 2000; além das repercussões do golpe de 2016 e suas sucessivas contrarreformas no Brasil. Tudo isso deve ser levado em consideração para tratar da situação do trabalho docente, ainda que no setor público da educação. Hoje, a “qualidade” da educação almejada pelo empresariado tem agravado o quadro de expropriação do trabalhador docente, pois busca, já na formação inicial, o que denominei de “conformação de um professorado subjetivamente adaptado”, ou seja, busca-se um novo tipo humano demandado por essa configuração do capital, estabelecendo sua relação com a ideologia dominante e com a busca da hegemonia. Com esse cenário, observamos que hoje o trabalho pedagógico está cada vez menos vinculado à formação intelectual-cognitiva dos estudantes e cada vez mais fortemente direcionado a questões afetivas e emocionais, que, ostensivamente cooptadas e mobilizadas, potencializam as estratégias de controle do capital sobre o trabalho. Diante desse horizonte que se apresenta, somado ao contexto de precarização do trabalho docente, desnuda-se a crueza do processo de plataformização da educação pública, do qual já tratamos na questão anterior. A plataformização em curso, que avança pelo setor da educação, deve ser interpretada sob a perspectiva da expropriação. Embora o fetichismo tecnológico carregue um viés positivado pelo discurso da autonomia, da liberdade, da escolha, da “modernização” da educação, no fim objetiva retirar o papel de artífice do professor, tornando-o um mediador do ensino, que permaneça nas escolas, mediando aulas e alimentando as teias da financeirização. Se os docentes estão cada vez mais enredados, aprisionados e esmagados por essa dinâmica, é uma tarefa política compreendê-la, pois sem entender sua lógica, suas características, tendências e suas contradições, nossa posição na defesa de uma educação pública de qualidade fica

desfavorecida. Por fim, cabe dizer que esse processo não é isento de contradições. Torna-se possível expressar que o consentimento dos trabalhadores nem sempre é passivo e essa conformação nem sempre ocorre conforme o desejo dos dominantes, cabendo muitas contestações e resistências.

Germinal: De que modo as reflexões de Marx e da rica tradição marxista podem nos ajudar a enfrentar as questões colocadas nessa análise crítica sobre essa agenda pós-moderna na educação?

Amanda Moreira da Silva: O marxismo nos auxilia a ver o que está presente em nosso dia a dia, mas que não é fácil enxergar no âmbito da aparência. A teoria, como uma lente especial, não vem sozinha; ela necessita de um método que a acompanhe, ou seja, uma forma de enxergar e pensar a realidade. Por meio da tradição marxista podemos alcançar o concreto pensado, reconstituindo mentalmente as múltiplas determinações que confluem para a situação que experimentamos no plano da imediatividade. Realizar as devidas abstrações, no sentido da totalidade, é parte da construção do concreto pensado. Cabe ressaltar, portanto, que a compreensão das múltiplas determinações não é a simples soma delas, mas entender como se movem, seus vínculos causais e suas relações contraditórias. Nesse sentido, a categoria trabalho tem caráter prioritário. Para o ser social existir ele precisa trabalhar, transformar a natureza para suprir suas necessidades (do estômago à fantasia) em relações complexas e contraditórias com seres orgânicos e inorgânicos, em um processo de autoformação do gênero humano, conforme já apontou Marx, Engels, Lukács, entre outros pensadores de verve marxista. Trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissociável, como afirma Ricardo Antunes. Portanto, a compreensão da natureza dos fenômenos socioculturais contemporâneos não pode prescindir do aporte marxista que reitera uma angulação teórica assentada na ontologia materialista do ser social e na perspectiva da totalidade. Nesse sentido, o pós-modernismo, apesar de todos os impasses políticos e ideológicos derivados de seu caráter conformista e mantenedor do *status quo*, pode ser ao mesmo tempo um ponto de partida para se pensar os limites do pensamento tradicional da esquerda socialista e revolucionária. Afinal, os problemas relacionados às diferenças e/ou aos modos de opressão de gênero, sexo e raça, além das questões ambientais, não podem mais ser ignorados. Não que o marxismo um dia tenha ignorado essas questões, mas ainda existe no campo da esquerda marxista setores que, ao priorizar o debate classista, acabam secundarizando pautas fundamentais da classe trabalhadora. Não há dicotomia na luta política, todas essas problemáticas podem e devem ser incorporadas à crítica da exploração e da dominação capitalista, propiciando uma oportunidade histórica que impulse novas formas de contestação social numa perspectiva igualitária e emancipatória. Resta ao marxismo contemporâneo reatar os laços, não com uma classe abstratamente definida e essencializada, mas com a classe que se forma no decorrer de sua própria condição histórico-concreta. Somente apostando nas possibilidades inscritas na práxis da classe trabalhadora do século XXI, cada vez mais diversa, é que poderemos enfrentar as ideias pós-modernas. Lutar por uma educação verdadeiramente emancipadora é apontar que as possibilidades

teóricas e políticas do marxismo, longe de estarem esgotadas, são mais necessárias do que nunca, uma vez que o sistema capitalista continua a definir o ritmo e os rumos do mundo.

Notas

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestra em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Graduada em Educação Física pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) junto ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP-UERJ); Atualmente realiza o pós-doutorado em Sociologia do Trabalho, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é Pesquisadora do Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação (COLEMARX-UFRJ) e do Grupo Mundo do Trabalho e suas metamorfoses (GPMT-UNICAMP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1054082215062361> Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9416-0619> E-mail: amandamoreira.uerj@gmail.com

Recebido em: 14 de out. 2022

Aprovado em: 11 de nov. 2022